

## A velhice e o fenômeno político

A idade é sempre um tema de interesse para a Ciência Política. Um interesse que parece ressaltar três motivos mais importantes. De um lado, ela constitui um componente básico nas hipóteses de explicação biológica do fundamento do Poder. De outro lado, é também um elemento de referência na análise do processo político, desde o seu papel na modelagem dos governos ao chamado conflito de gerações. Por fim, a idade condiciona e estimula políticas cuja magnitude é facilmente constatável nos Estados emergentes e que se anunciam como não menos relevantes na sociedade pós-industrial.

Sendo assim, creio que um estudo sobre **A velhice e o fenômeno político** não pode deixar de sublinhar os enfoques que intitulam as duas partes desta trabalho: **Velhice e exercício do poder** e **Velhice e atividade política**.

### VELHICE E EXERCÍCIO DO PODER

Entre as diferentes hipóteses de explicação do poder, alguns teóricos salientam a importância dos fatores biológicos. O estudo das socieda-

des animais, ao identificar manifestações do fenômeno político entre insetos ou vertebrados superiores. demonstraria, de uma parte, que "os fenômenos políticos são anteriores à aparição do homem na evolução das espécies" (1); de outra parte, que manifestações como a do velho animal que comanda o rebanho ou a manada, assim como a dos machos que detêm nos seus territórios ou lugares mais proeminentes, revelariam a incidência de fatores biológicos na conformação do poder.

Claro que as analogias entre sociedades animais e sociedades humanas podem comportar extravagâncias. J. W. Lapierre já assinalara o exagero de um biologista que concebeu, por exemplo "uma analogia entre o método de decisões das abelhas e o da nobreza polonesa do século XVIII" (2).

Mas, a velhice como um atributo para o exercício do poder não somente é um fato constatado em sociedades primitivas, como também constitui matéria de reflexão na história de nossos dias.

1. Antropólogos e etnólogos concordam que os anciãos foram os primeiros chefes no clã. Discute-se, muitas vezes, sobre a natureza e atribuições deste exercício de poder. Porém, ninguém nega a formação, no clã, de um Conselho de Anciãos, para declarar a existência ou determinar a aplicação de regras para todo o grupo. No particular, o Conselho é sobretudo "um elemento de manutenção das tradições coletivas" (3).

Para Max Weber, a gerontocracia é um dos tipos primitivos do que ele chamou de "dominação tradicional". Deve-se entender por gerontocracia, continua Weber, "a situação que, na medida em que existe uma autoridade na associação, esta é exercida pelos mais velhos (originariamente, segundo o sentido literal da palavra: os maiores de idade) por serem os melhores conhecedores da tradição sagrada". Prevalce, então, a autoridade do "ontem eterno", dos "mores santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo" (5).

Em Esparta, a Gerusa não detinha a autoridade suprema. Os éforos "eram os verdadeiros dirigentes do Estado" (6). Mas, aquele Senado (para utilizar a denominação romana) era um importante órgão de Governo e eleito, como os éforos, por aclamação, pela Assembléia dos espartanos livres.

2. Nos dias atuais, os homens de Governo também não são jovens. Como outrora, a opinião pública conjuga sempre a sabedoria ao atributo da idade e cultua o valor da experiência. Além disso, a atividade política em geral impõe uma carreira cujos degraus são conquistados, em grande parte, com o impulso do tempo.

Isto não significa, entretanto, que os Governos modernos sejam Governos de anciãos. Se admitirmos que a velhice biológica começa aos 60 anos, as informações disponíveis parecem apenas indicar que os homens de idade mais adulta governam os Estados modernos.

Certo, Petain dirigiu a França até contar 88 anos. Churchill, Adenauer e De Gaulle governaram até atingirem, respectivamente, 81, 87 e 78 anos de idade. Seabra tinha 65 anos, quando foi eleito pela segunda vez Governador da Bahia, e, com esta mesma idade, Octávio Mangabeira deixou o Aclamação. Desde 1964, todos os Presidentes da República brasileira assumiram a Chefia do Estado com mais de 60 anos: Castello Branco com 63, Costa e Silva com 64, Garrastazu Médici com 64 e Ernesto Geisel com 66. Franco com 82 e Mao Tsé Tung com 81 anos ainda governavam a Espanha e a China.

Também na França, em 1970, 39% dos Conselheiros Gerais e mais de 58% dos Prefeitos eram homens de mais de 60 anos. Na Itália, mais de 20% dos Deputados, em 1958, ultrapassavam o limite dos 60 anos. Por sua vez, nos Estados Unidos, 47% dos Senadores tinham, em 1968, mais de 60 anos, e a idade média dos Presidentes de Comissões no Congresso alcançava os 70 anos.

Porém estes exemplos apontam exceções ou parcelas, ainda que importantes, de determinados órgãos coletivos. Analisando a composição etária dos Paramentos alemão, francês, israelita, italiano, norte-americano e russo. G.Rossi-Landi apurou uma média de idade que se detém aos 50 anos. Do mesmo modo, a média de idade dos Ministros norte-americanos, de 1933 a 1965, atingiu apenas 48 anos (7). Na Bahia, Nelson Sampaio demonstrou que, entre 1946 e 1964, a representação estadual na Câmara dos Deputados jamais alcançou a média dos 50 anos, e, na Assembléia Legislativa, a média maior identificada na 5ª legislatura foi de 44,3 (8):

REPRESENTAÇÃO	1ª legis- latura	2ª legis- latura	3ª legis- latura	4ª legis- latura	5ª legis- latura
Deputados Federais	43,66	45,52	49,66	47,55	49,19
Deputados Estaduais	42,23	42,48	42,61	42,08	44,30

Logo, não parece certo afirmar que vivemos uma época de Governos de Velhos. Nas elites de Governo do Estado, prepondera a faixa de idade dos 40 aos 60 anos, faixa esta que "agrupa muitas vezes os dois terços dos deputados ou dos ministros" (9). No particular, a "desgerontocratização" anunciada por Edgar Morin aparece sem objeto e contrasta com o rejuvenescimento atual nos postos de direção de empresas privadas ou de assessorias técnicas em geral. "Nos Estados Unidos e na URSS", observa A.Tenorio Adame, "a idade de promoção social começa aos trinta anos." (10)

De outra parte, se a estabilidade política de um regime estimula o envelhecimento de suas elites, também parece exato que os jovens só governam o Estado em períodos de mudanças estruturais. A.Thibaudet,

desde 1927 (11), assinalara este fato, que Sartre e Marcuse confirmaram em nossos dias. Os quase adolescentes Robespierre e Saint Just são apenas governantes durante a Revolução.

Os jovens e os velhos, portanto, somente exercem o poder, no Estado moderno, em caráter eventual. Uns e outros, contudo, marcam, com tonalidades distintas, as suas interferências no processo político.

## VELHICE E ATIVIDADE POLÍTICA

Entre os velhos, predomina a apatia política, de maneira mais acentuada nas mulheres do que nos homens.

1. A minoria militante é constituída, na sua grande parte, de profissionais que envelheceram na luta partidária. São poucos os que descobrem, a sedução da atividade política depois dos 60 anos de idade. De 1910 a 1960, somente 7,5% dos Representantes norte-americanos eram homens que se elegeram pela primeira vez, com idade superior a 60 anos. Na França de 1958, estes neófitos na Câmara dos Deputados correspondiam a apenas 9% do número global de novos ocupantes do Palais Bourbon.

Por outro lado, desta minoria militante de velhos, o maior número se candidata pelos partidos mais conservadores. Durante 50 anos (1910-1960), entre os Representantes norte-americanos eleitos pela primeira vez, 10,1% dos republicanos tinham mais de 60 anos, enquanto somente 4,9% dos democratas tinham esta idade. O mesmo fato também é constatado nos partidos trabalhista e conservador da Inglaterra e em outros países.

Mas as legislações eleitorais não repelem os velhos. Ao contrário, embora elas prescrevam uma idade mínima para o exercício do direito de voto (em geral 18 ou 21 anos), para a candidatura a cargos eletivos (35 anos para Presidente da República e Senador no Brasil; 40 anos para Senador na Itália; 30 nos Estados Unidos) ou para o desempenho de certos postos políticos (25 anos para Ministro de Estado no Brasil e 35 anos para Ministro do Supremo Tribunal Federal), não existe, qualquer limite máximo de idade que ponha em dúvida o discernimento político do ancião.

Ora, o desinteresse pelas coisas da política, as limitações pessoais e os mecanismos de rejeição das máquinas partidárias explicam o pequeno grau de participação dos velhos na atividade política e, conseqüentemente, no exercício do poder.

2. Isto não significa, porém, que se deva minimizar a interferência dos velhos no processo político, como força ou como objeto de ação governamental.

Vale ressaltar, nos países mais industrializados, o papel que desenvolvem as diferentes associações de proteção aos velhos e à velhice.

As eleições de 1956 na França, testemunhou Marcel Prélot, "foram eleições feitas pelos velhos (...). O essencial do colóquio era consagrado não aos grandes problemas como o da Argélia, que começava a se colocar tão duramente, ou das urgentes reformas constitucionais para assegurar a estabilidade governamental, mas essencialmente às medidas a tomar em favor da velhice" (12). Nos países emergentes, não creio que os velhos já constituam grupos de pressão com igual papel no processo político.

Em uns e outros, contudo, tanto nos países emergentes como nos países altamente desenvolvidos, as políticas relacionadas com a velhice se revestem da maior importância.

Nos primeiros, em geral países jovens, onde prevalecem os elevados índices de natalidade, as responsabilidades econômicas recaem sobre o pequeno grupo de adultos, desfalcado ainda pela reduzida participação feminina. A tendência, nestes países, é incorporar ou conservar os velhos na vida econômica ativa. Daí, por exemplo, as últimas legislações brasileiras prorrogarem os limites mínimos para a aposentadoria voluntária no serviço público.

Por sua vez, nos países industrializados, os baixos índices de natalidade coexistem com os também baixos índices de mortalidade. Então, os encargos econômicos da velhice são consideráveis. Além disso, aos problemas sociais que se acumulam, acrescentam-se as expectativas do ócio e do lazer prometidos pela sociedade pós-industrial.

De tudo isto resulta a magnitude dos estudos que envolvem os aspectos políticos da velhice. Não se omite, entre eles, o conflito de gerações, cujas dimensões, nos dias que correm, poderão, inclusive, minimizar os conflitos de classes. Afirmar que este conflito sempre existiu nada constrói. Talvez meditar sobre ele já seja uma atitude política em busca de soluções criativas.

LUIZ NAVARRO DE BRITTO

1 Duverger, M. *Introduction a la politique*. Paris, s.d. p. 40.

2 *Essai sur le fondement du pouvoir politique*. Paris, Ophrys, 1968. p. 94.

3 Prélot, Marcel. *Sociologie politique*. Paris, Dalloz, 1973. p. 249.

4 *Sociologia política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. p. 39.

5 Weber, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966. p. 99.

6 Schilling, Kur. *História das idéias sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, s.d., p. 99.

7 Rossi-Landi, Guy. *Les hommes politiques*. Paris, Presses Universitaires de France, 1973. p. 57-9.

8 *Comportamento eleitoral no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 1964. p. 48.

- 9 Rossi-Landi. op. cit., p. 59.  
10 *Juventud y violencia*. México, Fondo de Cultura Económica. 1974. p. 50.  
11 *La republique des Professeurs*. Paris, Grasset, 1927. p. 19.  
12 Prélot, op. cit., p. 483.